

Certificação Profissional: um dos mecanismos e valorização profissional

Um assunto recorrente está presente nas discussões acadêmicas, nos estudos, nas reflexões dos educadores, na definição de estratégias pelos gestores para sua implantação: a certificação profissional.

O Brasil possui uma exitosa experiência na área da certificação de serviços. Há muito, utilizamos as normas ISO para certificar os produtos, colocando-lhes o selo da qualidade.

O que se discute, agora, é a certificação das competências para que as pessoas possam desempenhar suas funções, avaliando não só os conhecimentos, competências e habilidades adquiridos em sua formação acadêmica ou profissionalizante, mas também os conhecimentos agregados adquiridos na prática de fazer e no auto-didatismo.

A certificação profissional poderá, ainda, constituir-se em poderoso instrumento para subsidiar as decisões referentes à ascensão na carreira profissional, em termos de patamares e salários. É, portanto, um mecanismo de valorização profissional.

Já vai distante o tempo em que o diploma ou o certificado obtido pela conclusão de um curso ou de um treinamento tinha validade para sempre, conferindo a seus portadores a competência para exercer uma profissão por tempo indeterminado.

Este entendimento foi válido enquanto as mudanças levavam décadas para ocorrerem, trazendo no seu bojo exigências novas em relação às competências e habilidades necessárias ao exercício profissional.

Hoje, quando o conhecimento adquirido ontem torna-se obsoleto amanhã, em que as mudanças ocorrem com a vertigem de um vendaval, varrendo conceitos, procedimentos, exigindo novas competências, habilidades e atitudes, o diploma não deve ser entendido como o fim de uma trajetória acadêmica ou profissionalizante; mas, sim, como o passo inicial de um processo de educação ou formação continuada, com a finalidade de rever, agregar conhecimento, adquirir novas competências e habilidades para que os indivíduos possam se manter atualizados, preparados para responder aos desafios dos novos paradigmas, que trazem consigo novas exigências no que concerne aos perfis profissionais e à prática do fazer.

Alvin Toffer sinalizou o que chamou o desafio do século XXI: "aprender, desaprender, reaprender." Neste cenário, a certificação de competências para o exercício profissional é o caminho para reconhecer, pela avaliação, se os indivíduos estão aptos para responder às exigências do cambiante mercado de trabalho e do mundo em que vivemos.

Para tanto, a certificação profissional tem que se constituir em processo periódico, avaliando em determinados espaços de tempo os conhecimentos agregados aos da formação inicial, as competências e habilidades adquiridas, formal ou informalmente, isto é, nos bancos escolares, no chão de fábrica ou na navegação diária do profissional, e que serão reconhecidas pela certificação, conferindo aos indivíduos o passaporte carimbado para que continuem a exercer suas atividades, apontando, ainda, o que precisa ser agregado pela educação ou formação continuada, a fim de que se tornem profissionais de seu tempo.

Como diz o Professor Francisco Aparecido Cordão, membro do Conselho Nacional de Educação, "a certificação deve se basear em competência profissional entendida como a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, habilidades, atitudes, conhecimentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz das atividades requeridas pela natureza do trabalho."

Como vemos, a certificação profissional mantém estreita relação entre formação, tarefas e desempenho.

É preciso alertar para o fato de que não se pode entender nem utilizar a certificação profissional como um mecanismo de exclusão, mas, sim, como avalista do preparo do profissional para exercer suas atividades e como um sinalizador do que precisa ser aprendido ou revisto para tornar todos os indivíduos sintonizados com as exigências da contemporaneidade.

Certificação e formação continuada são processos articulados que se complementam. A certificação profissional é, portanto, um mecanismo propulsor da melhoria da qualidade do quadro de recursos humanos de um país, garantindo eficiência no desempenho das tarefas e eficácia nos resultados alcançados.

Algumas experiências exitosas de certificação profissional já estão ocorrendo no Brasil, realizadas por organizações particulares credenciadas para tanto. É chegada a hora da formulação e operacionalização da política para a certificação dos docentes.

O Ministério da Educação está trabalhando, junto com outros Ministérios, Conselhos, Órgãos de Classe, na construção de um Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Docentes. A partir da edição da Portaria do MEC, nº 1403, de 9 de junho de 2003, a questão da certificação dos docentes vem mobilizando opiniões e intensificando o debate educacional.

Já existem algumas matrizes de referência construídas, a partir do consenso de um grande número de profissionais da educação e de órgãos e instituições que congregam e representam o pensamento dos docentes e gestores. Existe, também, a certeza de que a certificação nacional dos docentes contribuirá para a construção da identidade profissional do magistério, ao mesmo tempo em que os colocará no centro da vida nacional, independente de onde estiverem e de onde atuarem; professores que, sublimando dificuldades e decepções, impulsionados pela responsabilidade, criatividade, ousadia, persistência e ancorados na vocação e na doação são os grandes agentes das mudanças que se fazem necessárias na educação brasileira.

Carlos Alberto Serpa de Oliveira